

DEZ 2025

INSIGHTS

A União Europeia não é
quintal: da parceria
transatlântica aos
constrangimentos
trumpistas

ELABORADO POR

Filipe Prado Macedo da Silva



A União Europeia não é quintal: da parceria transatlântica aos constrangimentos trumpistas

Filipe Prado Macedo da Silva*

A nova [Estratégia de Segurança Nacional dos EUA](#) inaugura uma mudança substantiva e, também, desconfortável no modo como Washington enxerga a relação transatlântica com Bruxelas. As novas orientações geopolíticas revelam que a relação transatlântica deixa definitivamente de ser descrita como uma parceria entre iguais, e coloca a União Europeia (UE) como um projeto que necessita ser corrigido, disciplinado e instrumentalizado aos interesses norte-americanos. Assim, sob o segundo mandato de Trump, consolida-se uma inflexão profunda na política externa: os EUA assumem, em relação à Europa, o papel de *parceiro constrangedor*, cada vez menos disposto a reconhecer legitimidade estratégica e autonomia do outro lado do Atlântico.

Essas novas orientações norte-americanas não são meramente retóricas. Elas refletem a projeção global do “[corolário Trump à Doutrina Monroe](#)”, segundo o qual nenhuma região considerada estratégica deve desenvolver autonomia geopolítica efetiva fora da órbita decisória da Casa Branca. Embora idealizado para o Hemisfério Ocidental, o princípio que estrutura o “[corolário Trump à Doutrina Monroe](#)” – baseado na primazia estratégica, na exclusividade de influência e na recusa à emergência de polos autônomos – projeta-se, de forma implícita, sobre o sistema internacional como um todo.

Aplicada à Europa, tal “corolário” redefine os termos da aliança secular: agora, a UE pode ser forte, desde que não independente; a UE pode ser soberana, desde que não autônoma; a UE pode ser relevante, desde que alinhada à agenda da Casa Branca. Logo, ao transformar aliados em zonas de influência, os EUA convertem a parceria transatlântica com a Europa em uma relação marcada por assimetria estrutural ([como o desequilibrado acordo sobre tarifas](#)), vigilância política ([como interferências secretas em alguns dos países-membros da UE](#)) e constrangimento estratégico ([como a alegação de que “a Europa precisa corrigir sua trajetória atual” para restaurar sua grandeza](#)).

É, neste contexto, que Washington se torna, para Bruxelas, um parceiro constrangedor no sentido pleno do termo. Em termos gerais, a [Estratégia de Segurança Nacional dos EUA](#) não reconhece a integração europeia como um projeto político legítimo e bem-sucedido, mas como um arranjo responsável pela “erosão civilizacional” do continente e cuja trajetória supranacional seria incompatível com a estabilidade do Ocidente. Assim, a Casa Branca recomenda explicitamente que a Europa “volte a ser europeia”, recuperando uma suposta identidade perdida e abandonando aquilo que o governo Trump define como excessos regulatórios ([sobretudo, das big techs](#)), [ilusões multilaterais](#) e fragilidades civilizacionais. Do ponto de vista diplomático, trata-se de uma exigência profundamente assimétrica, que desloca o eixo da cooperação/parceria para uma lógica de tutela política e econômica.

Diante deste cenário adverso, a UE precisa ficar de pé e erguer a cabeça – não para romper com os EUA, [mas para recusar o papel de aliado coadjuvante](#).

Quando a aliança deixa de ser confortável

O conceito de *embarrassing partner* – parceiro constrangedor – descreve situações em que um aliado formal passa a gerar custos políticos, simbólicos, econômicos e estratégicos para seus próprios parceiros. Este tem sido o papel dos EUA desde a posse de Trump em

janeiro de 2025. A publicação da [Estratégia de Segurança Nacional](#) ratifica formalmente que a Casa Branca – sob administração de Trump – abandonou qualquer preocupação em preservar consensos coletivos, sensibilidades institucionais ou narrativas discursivas que historicamente sustentaram a relação transatlântica.

A crítica dirigida à UE é frontal, sistemática e diplomaticamente deselegante. Bruxelas é retratada como uma engrenagem burocrática que carcome soberanias nacionais, limita liberdades políticas e sufoca o dinamismo econômico do continente. Políticas migratórias, regulações ambientais, digitais e industriais, restrições à liberdade de expressão e a crise demográfica são apresentados como os “sintomas” de uma civilização que teria perdido autoconfiança e vitalidade histórica. O problema é que nos corredores da diplomacia tal percepção norte-americana não decorre somente de divergências políticas, mas de uma deslegitimação moral e civilizacional do modelo europeu contemporâneo. A afirmação de que o continente se tornaria “irreconhecível em 20 anos ou menos” carece de sustentação analítica sólida e de evidências empíricas.

Neste contexto, os EUA deixam de ser um aliado colaborativo e assumem uma postura que expõe publicamente fragilidades europeias ([buscando minar a UE e os países-membros](#)), instrumentaliza divisões internas ([incentivando partidos patrióticos de extrema-direita e, logo, eurocéticos](#)) e redefine unilateralmente os termos da cooperação ([impondo tarifas comerciais e obrigações de investimentos ao bloco europeu](#)). Neste sentido, a guerra da Ucrânia é paradigmática: a administração trumpista aponta a UE e os governos europeus de sustentar expectativas irreais, bloquear soluções diplomáticas e dificultar processos democráticos internos para manter políticas impopulares.

O problema é que tal constrangimento não se limita ao plano discursivo. Na prática, isso se traduz em pressões materiais concretas como, por exemplo: exigências de aumentos acelerados dos gastos militares, abertura dos mercados europeus a bens e serviços norte-americanos, alinhamento econômico orientado à contenção da China e restrição direta ao alcance regulatório da UE.

Observa-se, assim, uma tensão estrutural na relação transatlântica: a UE é chamada a responder como um ator soberano, mas desde a posse de Trump é tratada como se não dispusesse de legitimidade política, econômica e social plena.

[Quando erguer a cabeça vira imperativo estratégico](#)

A nova [Estratégia de Segurança Nacional dos EUA](#) afirma desejar uma Europa mais forte, soberana e capaz de se defender. Os EUA não descartam os europeus... Mas, tal autonomia deve ser cuidadosamente condicionada ao “[corolário Trump à Doutrina Monroe](#)”.

Por exemplo, os países-membros da UE e, também, da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) [devem gastar mais em defesa](#), mas dentro de um ecossistema industrial, tecnológico e doutrinário alinhado aos EUA. Isto quer dizer [comprar armas e equipamentos dentro do complexo militar-industrial norte-americano](#). É, dentro da Otan, que o caráter constrangedor da parceria transatlântica se aprofunda. Ou seja, a Otan sob influência trumpista deixa de ser apresentada como comunidade política e de cooperação militar para funcionar como instrumento de cobrança e disciplinamento dos países aliados.

Além disso, a integração europeia – por meio da UE – longe de ser fortalecida, é relativizada por meio do incentivo a relações bilaterais seletivas, sobretudo, com países da Europa Central, Oriental e Meridional. Inclusive, [documentos de inteligência vazados sugerem que os EUA querem persuadir quatro países \(Áustria, Itália, Hungria e Polônia\) a deixarem a UE](#).

Neste momento, [Washington parece preferir uma Europa fragmentada](#), mais permeável à influência externa, do que uma União coesa, integrada e politicamente assertiva.

No plano das políticas e das regulações, o desconforto é ainda mais agudo. A [crítica aberta às políticas ambientais, industriais e climáticas europeias](#) coloca a UE em uma posição defensiva permanente. A questão é que alinhar-se aos EUA implica contradizer consensos internos – em nível europeu – arduamente construídos. Divergir, por sua vez, acarreta riscos de isolamento estratégico, militar e econômico.

O que está em jogo é o [clássico dilema das alianças](#): ao se distanciar dos EUA, a UE incorre no risco de enfraquecer um vínculo estratégico; ao preservá-lo sem reservas, assume os custos do constrangimento político e simbólico associados à conduta do aliado.

Erguer a cabeça, portanto, não é um gesto simbólico nem um recurso retórico, mas um imperativo estratégico para que a UE não se torne um quintal dos EUA. Assim, [a UE precisa urgentemente de uma estratégia própria](#) que dê conta dos dilemas das alianças, em que a decisão é permanecer acomodada a um papel subalterno – no qual sua legitimidade política é permanentemente posta em dúvida – ou avançar, ainda que de forma gradual e pragmática, na construção de uma autonomia estratégica efetiva, capaz de sustentar divergências legítimas sem comprometer a aliança transatlântica.

[Entre o constrangimento e a maturidade política](#)

A nova [Estratégia de Segurança Nacional dos EUA](#) sinaliza que a relação transatlântica entrou numa fase de desconforto estrutural. Os EUA tornaram-se, para a Europa, um parceiro constrangedor: indispensável, porém difícil; aliado, mas normativamente intrusivo; protetor, mas politicamente instável.

Vozes de liderança dentro da UE já indicam, com clareza e firmeza, a direção estratégica que a União pretende seguir. [Kaja Kallas](#), chefe da política externa da UE, rejeitou as críticas de Trump à UE, sublinhando que os EUA continuam “o maior aliado da Europa” e que, apesar das divergências, os dois continentes devem “manter-se unidos” frente a desafios globais, enfatizando a necessidade de cooperação em vez de confrontação aberta.

De forma semelhante, [Ursula von der Leyen](#), presidente da Comissão Europeia, advertiu que ninguém – incluindo os EUA – deve interferir nos processos democráticos europeus, afirmando que é prerrogativa dos povos europeus escolher seus líderes e que a soberania deve ser respeitada sem interferências externas.

Portanto, ficar de pé e erguer a cabeça diante de Trump não significa hostilidade aos EUA, mas afirmação política. Assim, autonomia estratégica não é antiamericanismo, é condição mínima de maturidade. Sem ela, a UE corre o risco de permanecer relevante apenas como instrumento geopolítico, e irrelevante como projeto histórico próprio.

A UE não é quintal. E quanto mais cedo essa posição for afirmada com clareza, coerência e continuidade política, maiores serão as chances de desencadear e acelerar mudanças materiais concretas.

*Professor e Pesquisador do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Experto em Europa e União Europeia. Líder do “[Conexão Bruxelas | Grupo de Estudo sobre Europa e União Europeia](#)”. E-mail institucional: filipe.prado@ufu.br.